



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



Vice-Presidência
NUGEP - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
Temas de Repercussão Geral-
Sobrestamentos determinados pelo C. TST - ACOMPANHAMENTO
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO - 04 de julho de 2019

Nº Tema de Acordo com tabela do STF.	Descrição Sucinta	Ato que determina sobrestar	Processo em que há declaração Repercussão Geral e Sobrestamento	Devemos Sobrestar
897	Prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário fundadas em atos tipificados como ilícitos de improbidade administrativa.	Of. 1456/2016-21/06/2016.	RE 852.475 RG	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.
32	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 612707	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	artigos 146, II; e 195, § 7º, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, do art. 55 da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre as exigências para a concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.			
521	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos. Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 100, caput e §2º, da Constituição Federal, bem como do art. 78 do ADCT, a possibilidade, ou não, de reconhecer-se	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 573872	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	duas ordens distintas de precatórios - os alimentares e os não-alimentares - para efeitos de reconhecimento de quebra da ordem cronológica do pagamento dos precatórios e autorização de sequestro de recursos públicos.			
45	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 37, caput, e 100, § 1º e § 4º, da Constituição Federal, a possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 573872	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



64	<p>Diferença de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista, que exploram atividade econômica, e empresas privadas, no que tange às contribuições para o PIS/PASEP.</p> <p>Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 173, § 1º, II da Constituição Federal, a revogação, ou não, do art. 12 da Lei Complementar nº 7/70 e do art. 3º da Lei Complementar nº 8/70, que previram, no tocante às contribuições para o PIS/PASEP, tratamento mais gravoso para as empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade</p>	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 577494	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.
----	---	----------------------------	-----------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	econômica em comparação às empresas privadas, pela Constituição de 1988.			
179	Compensação de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 5º, caput; 150, II; e 195, § 12, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, do § 1º do art. 11 da Lei nº 10.637/2002 e do § 1º do art. 12 da Lei nº 10.833/2003, que	Of. 114-GP-2017- 15/03/2017	RE 587108	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	disciplinam o direito de aproveitamento de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS.			
112	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 100, §3º, da Constituição Federal, e do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a possibilidade, ou	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 587982	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	não, de conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.			
176	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 150, II; e 155, II, § 2º, IX, b, e § 3º, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, da inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" (demanda de potência) na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 593824	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	Mercadorias e Serviços - ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.			
160	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 40; 42, §§ 1º e 2º; 142, § 2º, X, e § 3º; 149, § 1º; e 195, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, da cobrança de contribuição previdenciária sobre pensões e proventos de militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 596701	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	Constitucional n° 41/2003.			
437	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 150, VI, a, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, se a imunidade tributária recíproca alcança, ou não, bem imóvel de propriedade da União cedido à empresa privada que explora atividade econômica.	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 601720	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.
521	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos. Descrição - Recurso	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 612707	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	extraordinário em que se discute, à luz do art. 100, caput e §2º, da Constituição Federal, bem como do art. 78 do ADCT, a possibilidade, ou não, de reconhecer-se duas ordens distintas de precatórios - os alimentares e os não-alimentares - para efeitos de reconhecimento de quebra da ordem cronológica do pagamento dos precatórios e autorização de sequestro de recursos públicos.			
490	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal. Descrição - Recurso Extraordinário em que se discute, à luz dos	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 628075	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	artigos 1º; 2º; 102; 155, § 2º, I; da Constituição Federal, a possibilidade, ou não, de ente federado negar a adquirente de mercadorias o direito ao crédito de ICMS destacado em notas fiscais, em operações interestaduais provenientes de outro ente federativo, que concede, por iniciativa unilateral, benefícios fiscais pretensamente inválidos.			
653	Valor devido pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, relativamente aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, em face de benefícios e	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 705423	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	<p>incentivos fiscais concedidos em relação a esses mesmos impostos.</p> <p>Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 159, I, b e d, da Constituição federal, se a concessão de benefícios, incentivos e isenções fiscais relativos ao imposto de renda (IR) e ao imposto sobre produtos industrializados (IPI) pode impactar no cálculo do valor devido aos municípios a título de participação na arrecadação dos referidos tributos.</p>			
669	<p>Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a</p>	<p>Of. 114-GP-2017-15/03/2017</p>	<p>RE 718874</p>	<p>RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	<p>receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001. Descrição - Recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, b, da Constituição federal, em que se discute a constitucionalidade do art. 25 da Lei 8.212/1991, com a redação dada pelo art. 1º da Lei 10.256/2001, que reintroduziu, após a Emenda Constitucional 20/1998, a contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção,</p>			
--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	<p>mantendo a alíquota e a base de cálculo instituídas por leis ordinárias declaradas inconstitucionais em controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal.</p>			
736	<p>Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do postulado da proporcionalidade e do art. 5º, XXXIV, a, da Constituição federal, a constitucionalidade</p>	<p>Of. 114-GP-2017-15/03/2017</p>	<p>RE 796939</p>	<p>RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	dos §§ 15 e 17 do art. 74 da Lei federal 9.430/1996, incluídos pela Lei federal 12.249/2010, que preveem a incidência de multa isolada no percentual de 50% sobre o valor objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou de declaração de compensação não homologada pela Receita Federal.			
918	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 940769	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	<p>(recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).</p> <p>Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 146, III, a e d; e 150, III, da Constituição da República, a possibilidade, ou não, de a Administração Tributária Municipal de Porto Alegre, por meio da Lei Complementar Municipal n. 7/1973, exigir ISSQN fora das hipóteses do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei 406/1968 (lei complementar nacional) de sociedade profissionais de advogados que atuem</p>			
--	---	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	em seu território.			
517	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 146-A e 155, § 2º, da Constituição Federal, a possibilidade, ou não, da aplicação da metodologia de cálculo denominada diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL, em face de possível usurpação de competência da União e do princípio da não-cumulatividade.	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	RE 970821	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.
520	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias	Of. 114-GP-2017-15/03/2017	ARE 665134	RR, RO, qualquer ação ou outro recurso em trâmite neste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização. Descrição - Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 155, § 2º, IX, a, da Constituição Federal, qual o destinatário final das mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização, com o objetivo de definir o sujeito ativo do ICMS.			
131	Os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista não fazem jus à	Of. 9253-2017-10/05/2017	RE 589998	Em 10/10/2018. Foi fixada a tese "A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, mas sua dispensa deve ser motivada			jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados". Assim, não cabe mais o sobrestamento dos processos em âmbito nacional.
933	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência	Of. Circ. TST GP 276-2017- 19/05/2018	ARE 875.958	Todos os processos, individuais e coletivos, que tramitem no território nacional.
922	Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade de certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.	Of. Circ. SEJUD TST N.º 37-2018-18/06/2018	Re 960429 RG/RN	Todos os processos, individuais e coletivos, que tramitem no território nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



1022	Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.	Of. Circ. TST GP 426-2019- 14/06/2019	RE 688.267 RG/CE	Todos os processos, individuais e coletivos, que tramitem no território nacional.
1046	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente	Ofício Circular STF nº 5-SEJ-2019	ARE 1121633	Todos os processos, individuais e coletivos, que tramitem no território nacional.